

## A escrita como um dos depósitos da memória: As disputas mnemônicas na construção do “mito da origem, na busca da verdadeira história” da cidade.

Cintya Chaves\*

### APRESENTAÇÃO

*[...] Assim é que, com a colaboração efetiva de Maria Lenira de Oliveira, que comungou com a minha ideia, trabalhamos intensamente durante dois meses para entregar LIMOEIRO EM FOTOS & FATOS à comunidade limoeirense, no mês do centésimo aniversário do Município, ou seja, em agosto de 1997. (FREITAS: 1997: NOTA)*

*Por que, depois de dezenas de livros de pedagogia... escrever a História de Limoeiro? Eu não sabia nada de Limoeiro [...] Perguntei quem era o “historiador da cidade”. O velho Pergentino, de prodigiosa memória [...] soube que morrera sem deixar nada escrito! Foi aí que me tornei “historiador” (se ninguém cuidava da história de Limoeiro... eu cuidaria) (LIMA: 1997: 23)*

Os trechos acima foram retirados das obras, respectivamente, **Limoeiro em fotos e fatos**, organizada por **Maria das Dores Vidal Freitas e Maria Lenira de Oliveira** e **Na Ribeira do Rio das Onças**, de autoria de **Lauro de Oliveira Lima**. Ambos os autores propõem a escrever a história do município, claramente “disputando as memórias” acerca do passado, produzindo discursos legitimadores em prol acerca da importância de suas famílias para o “desenvolvimento” desta cidade.

A respeito destas obras, **Limoeiro em fotos e fatos**, com 477 páginas, é basicamente organizada a partir de cada década, iniciando de 1897, onde se atribui o nascimento da cidade, finalizando em 1997, ano do centenário, apresentando notas introdutórias, tratando especificamente de cada década. Em seguida, se reproduz um texto imagético sobre o período, seguido de um texto escrito que possui um caráter de legenda. Ou seja, seria uma mínima

---

\* Mestranda em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará, integrando a linha de pesquisa, Memória, Oralidade e Cultura Escrita. Bolsista CAPES. Este artigo é fruto das reflexões em prol de situar historicamente e compreender uma das fontes, no caso os livros de memória, utilizadas pelo trabalho em andamento da dissertação intitulada, Elites Políticas Limoeirenses: estratégias e discursos para novos espaços de atuação e poder (1934 – 1972), sob a orientação do Prof. Dr. William James Mello.



explicação sobre a foto, buscando esclarecer nomes de pessoas, comemorações e ou lugares presentes nas fotos. **Na Ribeira do Rio das Onças**, com 535 páginas, está dividida em oito



partes, sendo a sexta parte que está intitulada como *A primitiva luta pelo poder*, a que será mais focalizada neste trabalho.

Assim, é válido explicar, que apesar de existirem outras obras de memória que retratem o município, inclusive destes próprios autores, este estudo elencou estas para se pensar a escrita acerca da História da cidade, tendo como referência apreensões de memória, neste caso, escritas, devido às mesmas serem publicações que eminentemente procuraram responder questões que compuseram a comemoração do centenário do município de Limoeiro do Norte, situado na região do Baixo Jaguaribe, Vale do Jaguaribe, a mais ou menos duas horas e meia de Fortaleza, capital do estado do Ceará.

Nesse sentido, é importante a princípio esclarecer um dos “lugares sociais” ocupado por estes autores. Maria das Dores Vidal Freitas e Maria Lenira de Oliveira são descendentes por afinidades, como elas mesmas se referem, quando falam do seu grau de parentesco, da família Chaves, enquanto Lauro de Oliveira Lima, é descendente consanguíneo da família dos Oliveiras. A primeira deteve do poder político- partidário desde o Império, não somente no município, mas alcançando cargos de cunho estadual, até por volta a década de 1970. A segunda, rememorada mais como uma família que atuou na esfera econômica do município, também operava na política- partidária e eram adversários dos Chaves.

Sob o ponto de vista de suas formações profissionais, as autoras do primeiro trecho, Maria das Dores Vidal Freitas e Maria Lenira de Oliveira, são ex-alunas da Universidade Estadual do Ceará - UECE, sendo interessante ressaltar que a primeira é formada em História, 1972, pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, núcleo do interior da UECE. Enquanto, o autor do segundo trecho, Lauro de Oliveira Lima, provavelmente bem mais conhecido dos leitores, é graduado em Direito e Filosofia e escritor de obras de pedagogia, como ele mesmo menciona no trecho.

A relevância destes dados biográficos se apresenta de imediato para uma primeira reflexão. Por exemplo, se dentro, do âmbito da Universidade, os textos de Lauro de Oliveira Lima não tem sido valorizados “como deveria”, para alguns que compartilham de seus pensamentos<sup>1</sup>; em seu município, ele é admirado por sua proeminência “nacional” e o fato

<sup>1</sup> Tal incômodo é percebido pelo site <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/per10a.htm>, disponível em 24/03/2013 às 11: 03, pela aba Considerações Iniciais em que se trata a obra de Lauro de Oliveira Lima. Ainda é importante salientar, que este trabalho não pretende discutir a relevância dos trabalhos do autor. Na verdade, o que se



dele escrever algo sobre a cidade, se tornou para uma “maioria”, um lugar de consulta acerca do passado, sendo atribuída uma noção de verdade absoluta acerca da “história da cidade”.

Não obstante, a escrita de outros livros acerca de pessoas do município ou da cidade, se contrapõem, indiretamente, a obra do referido autor. Nesse sentido, podem-se citar os livros de autoria por parte dos descendentes de uma família, que tem por sobrenome, Chaves. Ficam nítidas as disputas acerca das versões acerca do passado, haja vista Lauro de Oliveira Lima, exprimir claramente um caráter de denúncia no seu texto com respeito às “artimanhas” desta estirpe para obter e permanecer no poder político municipal.

Deste modo, estes sujeitos ao organizarem o passado deste município, construíram de maneira positivada a memória de seus familiares regendo, portanto, suas relações do presente se “arquitetando” em páginas em branco, resolvendo desavenças e esclarecendo situações que na impressão deles ficaram mal resolvidas.

## **O HISTÓRIADOR E O MEMORIALISTA, UMA RELAÇÃO TÊNUE?**

*[...] Está impresso em algum lugar: quando o mundo acabar, [...]. Essas FOTOS nos dão a possibilidade de recompor um pouco do nosso Limoeiro; [...] Prender o tempo é tarefa árdua. Ninguém o pega numa gaiola. Se o guardamos somente na memória, também nos escapa, como água que se quer lavar as mãos. [...] Não há coisa mais triste do que olhar para trás e não ver seus próprios passos, como se nada, nem ninguém, tivesse passado por ali. E na acomodação, na negligência e no desdém pela nossa MEMÓRIA, às vezes torna-se difícil enxergar o rosto dessa cidade. Exige desprendimento e clareza de nós cidadãos. São CEM ANOS dessa cidade querendo ser alguma coisa [...]*

*Eugênio Leandro.<sup>2</sup>*

Como diria Marc Bloch, em suas célebres anotações acerca do lugar da História, naquele “contexto” difícil, a sociedade ocidental se assenta em memórias históricas, como a exemplo da religião cristã, citada por ele, esperando muito do conhecimento histórico, porque afinal é marcada pelo o mesmo. Nesse sentido, não são somente em momentos de crise, como

---

pretende problematizar é o fato de um profissional que não é formado na disciplina História como conhecimento, pretender escrever acerca da História da cidade. Aqui, não se nega a relevância do trabalho do autor, sendo sim uma obra imprescindível para ser consultada como fonte, para todos que pretendem refletir a respeito das relações sócio- culturais de Limoeiro do Norte.

<sup>2</sup> O trecho acima foi retirado da Apresentação da Obra, Limoeiro em fotos e fatos. O autor é cantor e escritor Limoeirense, e alcançou considerável sucesso no Ceará. Amigo da família Chaves.



pensam alguns, que uma coletividade busca uma “identidade histórica”, ou passa a interrogar o seu passado, mas também em épocas de festas, comemorações, em centenários de nascimentos, confundindo e tornando assim a ideia de sua possível origem, como sinônimo de explicação, ambiguidade bastante perigosa, como lembra Bloch.

Assim, a ideia de capturar o tempo estratificando-o, em presente, passado e futuro para uma própria localização de si, da sociedade em que o indivíduo interage, bem como o medo de perder-se em meio às separações destes tempos e ainda o receio de não ser lembrado, de não se saber quem é, quem somos, é característico de uma escrita do memorialista. Tais elementos os conduzem a “revisitarem” o passado, como se ele estivesse lá, congelado e uniforme, como se presente, passado e futuro não se interpenstrassem, como se os vestígios, em especial, os escritos deste passado, fosse ele próprio, impresso de maneira palpável e, não produto da mente dos que os elaboraram, aquilo que o autor do mesmo *pensava que havia acontecido, ou que devia acontecer ou o que aconteceria, ou talvez apenas o que ele queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar.* (CARR, 1987: 52).

Neste interim, a fabricação de livros que pretendem compilar a história da cidade, possui um fim prático, assumindo o que se pode denominar como uma função pedagógica, uma ação em que se empreenderia rumo a uma construção de uma identidade coletiva, ou seja, *uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento [...] uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo [...].* Uma representação social como sugeriu Sandra Jatahy Pesavento. (PESAVENTO, 2008: 89-90).

Bem como refletiu Bloch e Benedetto Croce, a história não é uma ciência do passado, toda história é história contemporânea, no que diz respeito em ver o passado através dos olhos do presente, direcionados pelas problemáticas da época “a que o historiador pertence”.

Assim, a maneira como o historiador lida com, esta categoria, o tempo é por excelência diferente da percepção do memorialista. O historiador focaliza a dimensão social do tempo, propondo-se a refleti-lo de maneira crítica tendo em vista os sentidos e significados de cada época e espaço. Malgrado, a proposta de um discurso, pautado em procedimentos, em busca de alcançar o mais próximo do que “realmente aconteceu”, o mais verossímil, acerca de



um real o possível, [...] *o historiador não se vê livre do fantasma da verdade buscada nas sujeições do método científico* [...] (PESAVENTO, 1999:11), como expressa Pesavento.

O historiador, “por sua epistemologia”, sabe das implicações sobre o seu ofício e, que o mais importante não consiste no fato pelo fato, mas sim os porquês dos ocorridos. Ou seja, o historiador entende que o mais importante é compreender os processos que deram sentidos as “verdades” estabelecidas, do que a própria noção maniqueísta se tal personagem, por exemplo, foi “bonzinho ou mauzinho”. Destarte, esta não é a questão do historiador; mas entender os interesses que elaboraram as homílias dicotômicas e ou maniqueístas, proporciona uma visão multilateral indo a história muito além da noção dual do verdadeiro e do falso, do real e fictício. Mas afinal, o que esta discussão tem haver com este mote?

Os memorialistas, ao produzirem seus textos, ou aglomerarem documentos, não possuem a percepção que estão produzindo “representações de uma realidade”, podem até acreditar que está faltando algum dado, mas para eles, pelo menos predominantemente, os fatos falam por si só. A relação com suas produções escritas ou com as fontes lembram ao da escola metódica. Enquanto o historiador seleciona, indaga, fazendo o texto- documento falar, o memorialista o ver como uma prova, uma verdade absoluta de um passado e se relaciona neste sentido, gerenciando suas produções de maneira uniformizante e homogeneizadora. A este respeito os mesmos articulam discursos, “recolhem provas”, que em algum momento vão responder muito mais a seu interesse pessoal, no sentido de que ao reunirem questões que positivem sua família, respigam em seus presentes, em si próprios, distorcendo assim a proposta do conhecimento histórico, que dentre elas, pode-se citar a desconstrução de discursos dominantes, como exemplo.

Vale ressaltar, que a maioria dos autores de livros de memória, pelo menos no município aqui abordado, foram os abastados, legitimando suas ações, lidando com esta noção de tempo, para imortalizar-se, tecendo narrativas de personificação, para que ao se referir à cidade, eles se tornem quase como o seu sinônimo; seja para seus contemporâneos, ou os futuros habitantes, para que assim, possam vê-los e admirá-los e tudo que é socialmente considerado como bom e desenvolvido possa ser atribuídos a eles.



## PARA ESCREVER DE MIM, ESCREVEREI DO OUTRO, ESCREVERI DA CIDADE: RETRATOS DE ARQUITETURA E DOS SUJEITOS LIMOEIRENSES

Em torno da temática da cidade e ou do urbano, a História tem se debruçado amplamente. As delimitações, bem como o enfoque dado pelo pesquisador podem ser múltiplas. A este respeito, elegem-se como problemáticas os discursos e imagens, bem como os imaginários sociais que os homens constroem sobre a cidade. Deste modo, como sugere Pesavento: [...] *Sendo a cidade, por excelência, o “lugar do homem”, ela se presta à multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados. [...].* O homem significa tudo em que perpassa suas relações. Os livros de memória que pretendem narrar à cidade, acima de tudo, permitem ao historiador perceber como os indivíduos legitimaram suas ações, produzindo sentidos as suas práticas sociais.

A compilação de textos ou de fotografias abordando a cidade possibilita mapear as rivalidades entre os grupos e alguns dos atores envolvidos na “construção desta cidade”, bem como os interesses destes ao selecionarem seja o que será escrito, bem como as fotografias que serão incorporadas ao álbum da cidade. A este respeito, observem a imagem e o que diz sua “espécie” de legenda da obra Limoeiro em fotos e fatos:

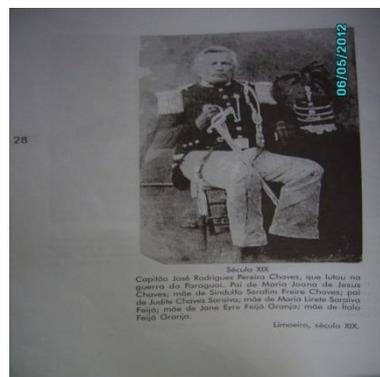


Foto do Capitão José Rodrigues  
– Século XIX.



Ao se ler a nota de esclarecimento<sup>3</sup>, acerca da imagem, percebe-se que há uma formulação de uma breve árvore genealógica, estabelecendo as ligações entre o capitão e os cidadãos limoeirenses, que no caso eram Sindulfo Serafim Chaves, ex- prefeito de Limoeiro do Norte e Judite Chaves, sua filha, que foi líder da Liga Eleitoral Católica - LEC, participante ativa do Integralismo na década de 1930, e do PSD, a partir da década de 1940, além de herdeira do tabelionato de sua família, cargo que foi muito importante para os processos de reeleições de seus parentes. Como foi visto inicialmente, esta família, esteve a frente da política partidária do município, por mais de vinte anos, sendo bem “articulada”, estabelecendo e consolidando relações que a possibilitaram ampliar o seu poder por meio de ocupação de cargos institucionais.

Assim, ao trazerem esta imagem e fixarem as conexões com os ex- líderes da cidade, os herdeiros desta família estão a utilizando como interlocutora do discurso que transmite a ideia de que os Chaves descendem de homens corajosos, de líderes. Quem organizou o livro faz questão de apresentar a genealogia, que é por vezes usada para legitimar uma identidade criada e estabelecida pelos atores sociais. É a concepção de heroificação, atribuída ao sangue (ideia que vem do sangue), sendo, portanto, instaurado no imaginário<sup>4</sup> da sociedade Limoeirense, a ideia de que somente os Chaves poderiam e foram os “heróis de Limoeiro”.

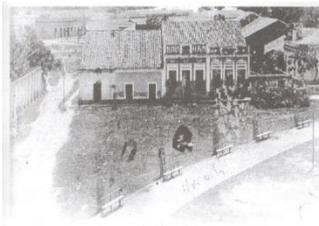
Ainda é interessante perceber que as relações de parentesco se estabelecem até o presente, vindo até os filhos de Judite Chaves. Sendo assim, o livro de memória se configura como um aporte para os atores sociais explicar que diante daquela sociedade, eles possuem um valor especial, por descenderem da família que fez, no caso de Limoeiro do Norte, o que ela é hoje, ou seja, “graças aos nossos pais, a cidade possui esta arquitetura de ser” a Princesa do Vale, termo empregado a partir da década de 1960, pela Rádio Vale inaugurada na década de 1955. Bem como lembra o historiador Wellington Machado, [...] *“a invenção da “Princesa do Vale” está diretamente associada aos interesses estratégicos de uma elite política, religiosa e econômica reconhecida nos comerciantes e nos proprietários de terras das décadas de 1930, 1940 e 1950.* [...] (MACHADO, 2008: 119)

<sup>3</sup> Esta nota está disposta na imagem, sendo necessário o leitor utilizar o “zoom” de seu computador para visualização e realização da leitura.

<sup>4</sup> É importante salientar que o conceito de imaginário nesta perspectiva deve ser entendido como um conjunto de imagens guardadas no inconsciente coletivo de uma sociedade ou de um grupo social; é o disposto de imagens de memória e imaginação, sendo que essas imagens não são iconográficas, mas sim figuras de memória, imagens mentais que representam as coisas que temos em nosso cotidiano.



A este respeito, vejam as fotografias de algumas das arquiteturas que são integrantes para o discurso de Limoeiro do Norte como uma cidade “princesa”:



Década de 30  
 “Praça da Independência, inaugurada em 07 de setembro de 1922 pelo prefeito Cal. Felipe Santiago de Lima, atualmente Praça José Osterne (praça dos Correios). Antiga estrutura de forma circular construído de tijolo comum, vendendo-se suas bancas rústicas, de madeira, e desde o marfim, das olarias, do antigo quitandeiro e do coreto onde o Barão de Macaia realizava os saudáveis rehetos. A esquerda do pequeno rio, no trajeto, alongamento da murada do residência e Promissão Luiz de Odílio do Silva. O primeiro prédio é o antigo “Lua Nova”, popular estabelecimento comercial, em seguida, residências de Egermino Maia, Odílio Faria do Silva (1ª e 2ª andares), da família Reis, um terreno para construção do Sólido Freitas, de Pedro Calafeteiro de Freitas e o Edifício do DCT. A esquerda (em segundo plano), pode-se ainda observar o antigo Casa Chaves, de J. Chaves & Cia., o Antro do Rio Jaguaribe e, à direita, frondosas moradias de antigos prédios residenciais do cal. José Jerônimo de Oliveira, casa de Dado de, mais adiante, o terreno, detraído da antiga residência de Antônimo Batista dos Santos – rua Cônego Bessa.” Matos Maia e Silva.  
 Limoeiro, 27/05/1935.



Década de 40  
 Inauguração de Dom Aureliano Matos, Praça Padre Acalino. A bordinha de músicos, autoridades e o povo em geral aguardam o chegada de Dom Aureliano Matos para entregá-lo a sua nova morada – o Palácio Episcopal.  
 Limoeiro, do Norte, 1940.

A imagem da esquerda, refere-se a Praça da Independência inaugurada em 07 de Setembro de 1922, pelo prefeito Felipe Santiago (Prefeito apoiado pelos Chaves). Atualmente Praça José Osterne ( praça dos Correios). A fotografia da direita é o Palácio Episcopal, construído para receber o primeiro bispo do município, Dom Aureliano Matos.



Década de 50  
 O Governador do Estado visita as obras da construção do Liceu de Artes e Ofícios. Do esquerda para a direita: 1) Luís Lima Matos Chaves; 2) Padre Manoel Alves do Socorro; 3) José Martins Rodrigues; 4) Raul Barbosa (Governador); 5) Dom Aureliano Matos (Bispo); 6) Francisco Norberto Freire (Prefeito); 7) Raimundo Chaves Cunha (de bronze); 8) José Chaves Cunha (pauz escuro); 9) Francisco Argemiro M. Guarniero (de chumbo); 10) Dr. Cassinelli e 11) Laílce Beda.  
 Limoeiro do Norte, 03/10/1952.



Década de 60  
 Edifício Virgílio Torres. No térreo, o Empório Limoeirense de Cinema. O Cine Capri foi inaugurado no dia 24 de outubro de 1964. Situa-se na rua Coronel Serafim Chaves, esquina com a Coronel Malmeiro, hoje loja Paulo Ivo. A empresa foi idealizada por Dr. José Nilson Osterne de Oliveira teve, juntamente com o professor Olego Mendes, o Sr. Antônio Chagas da Brito e outros sócios formaram o Cine Capri uma realidade. O Cine Capri foi a fábrica de sonhos de Limoeiro. A comunidade viveu naquele espaço mágico e sem tempo seus melhores momentos de deleite e enriquecimento cultural. O mesmo endereço cinema fechou suas portas em 1981. Raimundo Rodrigues da Costa (Raimundo de Jordão) foi o único operador do Cine Capri. Na parte de cima, o Rádio Vale do Jaguaribe. A Rádio Vale do Jaguaribe foi inaugurada no dia 04 de dezembro de 1955. Inicialmente o R.V. funcionou no edifício do Sólido Freitas, na Praça José Osterne. No início dos anos 60 passou a funcionar nos altos do Edifício Virgílio Torres. A audição do Pioneiro chegou a muitos Estados, como R. G. do Norte, Paraíba, 27/01/23, a Pioneiro em residência “Com 1 milhar na oferta, não há distinção que nos separe”. (José Nilson Osterne). Hoje, funciona em sua sede própria, na rua R. Vicente.

A imagem da esquerda refere-se a construção do Liceu de Artes e Ofícios. A da direita é a imagem da Rádio Vale do Jaguaribe.

No caso específico desta obra, Limoeiro em fotos e fatos, pode-se dizer que ao se tomar iniciativas para publicar a cidade em fotografias e textos escritos, os autores dos livros de memórias estão registrando a si mesmos. Destarte, quando estas autoras rememoram as arquiteturas da cidade, elas estão relembrando quem viabilizou tais edificações, que no caso foram às famílias chamadas tradicionais, ou seja, os Chaves e seus correligionários e também



a família Oliveira, que mesmo em meio a disputas, se relacionavam com os Chaves através de breves uniões quando se tratava em uma possível proposta de crescimento da cidade.

É claro, que estas adesões se deram por interesses comuns, pois o crescimento da cidade, consolidaria cada vez mais o comércio liderado pelos Oliveiras, como também despontaria uma ideia da boa administração dos Chaves. No entanto, ao se negar participar do crescimento da cidade, a família Oliveira estaria excluindo qualquer chance da conquista de cargos da política, algo que lhe interessava. Assim, seria incoerente devido sua proeminência do ponto de vista econômico não participar de ações que oportunizassem uma transformação na cidade interiorana, como serem a sede da Diocese Jaguaribana, evento que será narrado brevemente, somente para nível de entendimento do leitor.

Em 1936, Dom Manoel da Silva Gomes, Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, visitou a zona jaguaribana, mais especificamente Russas e Aracati, e anunciou a pretensão de se estabelecer uma nova Diocese no vale do Jaguaribe, pois até então só havia a Arquidiocese de Fortaleza e as Dioceses *sufragâneas* de Crato e Sobral. Alguns pré-requisitos foram ressaltados na campanha pró-bispado, ou seja, quem apresentasse primeiramente a soma de duzentos contos de réis, que na época se constituía consideravelmente uma grande quantia, seria a escolhida e teria o privilégio de abrigar a Diocese. O desfecho deste anúncio foi a aquisição da Diocese por parte de Limoeiro, a menos cotada para abriga-la, precisando ir falar com o Arcebispo para participar da empreitada, por não estar entre as candidatas. Assim, segundo o discurso desenvolvido pela elite<sup>5</sup>, foi graças a união dos limoeirenses, ou seja, eles – Chaves e Oliveiras e os correligionários - que a Diocese foi conquistada. Contudo, o município de Russas, questiona até os dias de hoje esta conquista, acusando que as relações políticas dos Chaves teriam sido vitais para esta vitória.

---

<sup>5</sup> [...] O termo elite corresponde a “*minoría que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto aos indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual se manifesta sua preeminência plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade [...]*”(BUSINO, APUD HEINZ, 2006)



A grande questão é que a Diocese foi um grande empreendimento das elites de Limoeiro do Norte, foi um “ganho”. Pode-se inferir que era um sonho da elite transformar a localidade em uma cidade grande, [...] *Limoeiro daquele tempo era quase nada comparada com Aracati e Russas.* [...] (BRANCO, 1995: 178). Os atores que integravam a comissão representante de Limoeiro sabiam que com a presença da Diocese se despontaria uma série de empreendimentos urbanos e de vantagens para o município como de fato aconteceu.

A começar pelo Palácio Episcopal para o bispo, a fundação do Ginásio Diocesano em 1942, a construção de uma casa de Saúde e Maternidade, a fundação do Patronato Santo Antonio dos Pobres e do Seminário Diocesano, em 1947, uma Comarca em 1946, o Liceu de Artes e Ofícios, iniciada a construção na década de 1950, a Rádio Vale, inaugurada em 1955, a Rádio Educadora e a ponte sobre o Rio Jaguaribe, na década de 1960 e a Faculdade de Educação, finalizada em 1968. (MACHADO, 2008: 110)

Imprimir em páginas em branco tais arquiteturas é trazer a memória da sociedade os agentes que fizeram parte do processo. Assim, por mais que a maioria destes empreendimentos tenham sido de uma certa maneira iniciativa do bispo, ele não poderia fazer sozinho. Ainda se coloca como iminente outra questão, pois quem possibilitou que o bispo viesse para Limoeiro, senão o bom desempenho tanto nas empreitadas como nas relações, destes sujeitos, que no âmbito do discurso, deixavam suas diferenças de lado, por um bem maior, isto é, para que fosse feito o melhor para o povo, para Limoeiro.

Indiretamente, estão sendo projetadas figuras do passado em que os retratos dos edifícios da cidade, fotografam também os ascendentes dos sujeitos do presente, conferindo, de maneira sutil a estes atores do hodierno um dever de serem gratos, por parte dos demais que lhe são contemporâneos, pelo fato deles pertencerem aos “fundadores”.

Em conformidade com estas questões, o livro de Lauro de Oliveira Lima é também bastante ilustrativo para se problematizar:

*A revolução dos Tenentes idealistas de 1930, transformava-se na ditadura Vargas, (1930- 1934 e 1937-1945) voltando o poder aos Chaves ... como nos velhos tempos. Mas, a revolução social e política de Limoeiro já vinha, há mais de uma década, desde ( 1920), germinando, independentemente à burocracia colonial controlada pelos Chaves. Era a nova geração de limoieirenses voltada para o progresso do burgo que vinha nascendo .... liderada por quatro irmãos Oliveira Lima, filhos de*



*Quinco Badaneco. (Manfredo, Mário, Mamede e Melquíades). [...] Perdendo a Revolução de 1930 seu caráter reformador, volta a imperar, em Limoeiro a velha oligarquia dos Chaves. (LIMA, 1997: 345)*

Este fragmento é esclarecedor no que concernem ao quanto os atores sociais ao pretenderem escrever a História da cidade, escrevem muito mais sobre si, buscando esclarecer diante da sociedade a sua progênie para o presente, almejando um olhar diferenciado dos demais devido a ideia de pertencimento a uma família fundadora da cidade em questão. Nesse sentido, Lauro de Oliveira Lima, ainda declara: *[...] Sai de Limoeiro aos catorze anos (para o Seminário de Jundiá- SP) e nunca mais voltei lá [...] Trinta anos depois... voltei para pedir que me elessem deputado federal. Imagine. Ninguém me conhecia mais, apesar da memória carinhosa de Mamede, meu pai [...]* (LIMA, 1997: 23). Deste modo, pode-se afirmar que ao “contar” a História da cidade de Limoeiro, ele está se apresentando para aquela sociedade.

Ao falar de Limoeiro do Norte, Lauro de Oliveira Lima aborda outras famílias, contudo, percebe-se que ele inscreve sua família como uma das mais importantes para o desenvolvimento da cidade, contrapondo-a, a atuação de outra família, no caso a Chaves, que detinha desde o Império o poder burocrático, através dos cartórios. Neste período, os Chaves contavam também com poder estadual, sendo Leonel Serafim Freire Chaves, deputado, filho de Serafim Tolentino Chaves, o tabelião. A família Chaves, desde o Império ascendeu em Limoeiro do Norte, tendo permanecido no poder político-partidário do município até meados da década de 1950. Não obstante, a Revolução de 1930 ter abalado o seu poder municipal, uma das “saídas”, desta família para a permanência no poder, foi de está engenhosamente trocando de lado, na hora certa, como foi o caso de 1912, quando ocorreu a deposição do “governador do Ceará” Antônio Pinto Nogueira Accioly.<sup>6</sup>

Representante do governo de Accioly em Limoeiro, ao perceberem que sua administração encontrava-se em declínio passaram a apoiar Franco Rabelo, o opositor. Todavia, Franco Rabelo, devido algumas de suas posturas, teve problemas no plano “das coligações nacionais”. Diante deste conflito os Chaves não hesitaram, afastando-se do

<sup>6</sup> O “chefe” Accioly mesmo exerceu três mandatos, 1886 à 1900, 1904 à 1908 à 1912, ano de sua deposição.



governo de Franco Rabelo, passando a poiar as forças que andavam em conformidade com os ideais entendidos do governo nacional.

É interessante, que na obra, Limoeiro em fotos e fatos, este período tem como proposta pelos descendentes da família Chaves ser rememorado como tranquilo no interior:

*[...] O conflito armado estava instalado – era a primeira Guerra Mundial. No Ceará, o Governador Nogueira Accioly fora deposto ( em 1912) por uma revolta popular, que durante três dias Fora o seu sucessor Franco Rabelo. Em Limoeiro, registra-se no começo da década, em sua tranquilidade interiorana o início da construção da Igreja de Santo Antonio ( 1911) [...] ( FREITAS & OLIVEIRA, 1997:45)*

Ao afirmar que neste período Limoeiro, encontrava-se tranquilo, as autoras estão ocultando os processos de enfrentamentos políticos, que seus ascendentes por afinidade realizaram em busca da monopolização e prevalência política deles diante dos demais. Portanto, pode-se perceber que os livros de memória, “embaçam” os processos sócio-políticos vivenciados pela sociedade, no sentido do ocultamento das lutas e disputas que não interessam a seus autores que sejam lembradas, ou vice-versa.

Assim, estes sujeitos que escrevem acerca da cidade, acerca de si, às vezes, dos outros buscam reger a memória social, termo entendido aqui como mais fluido para se perceber a autonomia individual, como sugere James FENTRESS e Chris WICKHAM, (FENTRESS & WICKHAM, 1992:07). Nesse sentido, a memória reconstrói, pela evocação, figuras do vivido, que são regidas pela memória individual, que é urdida e ajustada em seu relacionamento com a memória social. (PESAVENTO, 2008:15) Assim, os retratos da cidade são perpassados pelo entrelaçamento de passado, presente e futuro, pelas disputas e conciliações da memória individual e social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De caráter embrionário, estas singelas reflexões tiveram como problemática o fato de que ao escreverem e trazerem as imagens iconográficas sobre as cidades, compilando-as em um livro, um lugar de consulta para os demais, os indivíduos acabam projetando a si próprios, produzindo personificações seja familiares, ou dos grupos a que pertenciam, ou mesmo



individuais. Afinal, tal acervo passa por um caráter subjetivo, pois se pode inferir que pelo menos predominantemente, só se fotografou aquele evento em que se considerou importante, em que os seus amigos, ou amigos da família, participavam ou que de alguma forma era compreendido como digno de se lembrar para os agentes envolvidos, uma vez que a fotografia traz em seu bojo esta ideia de “vamos tirar uma foto para ficar de lembrança”.

A este respeito, concluiu-se que ao escreverem a história da cidade, os sujeitos sociais falam de si levantando a proposição de o quanto eles são importantes para aquela sociedade, reivindicando um olhar especial dos demais, principalmente quando eles possuem alguma ligação à linhagem dos fundadores, por exemplo.

Assim, elegeu-se pensar a escrita memorialística sobre a cidade focalizando em especial a dimensão sociopolítica dos monumentos arquitetônicos, ou seja, os usos políticos destes edifícios, em particular no processo de enquadramento da memória. Isto é, deve-se compreender tal postura dos escritores dos livros como uma tentativa de enquadrar a memória, “memória enquadrada”, expressão empregada por Henry Roussu, citado por Pollak (1989), onde o primeiro destaca que o fato de múltiplos atores se empenharem em construir narrativas em um determinado momento, corresponde a uma pluralidade de olhares em disputa, se configurando em batalhas intermináveis da memória. (BONAFÉ, 2007: 334).

Estas escritas de si, aqui não assumiram todo o rigor teórico-metodológico, usado por aqueles que pesquisam em fontes autobiográficas. Apesar de, ao se deter em refletir a respeito de tal prática, de se escrever a “história da cidade”, pode-se afirmar que estes livros seriam biografias que pretendem ser coletivas, de todos os moradores, que de alguma forma, até o centenário, momento em que escreveram a obra, foram participantes da “história” de Limoeiro do Norte.

Por fim, é interessante salientar que pretendendo em sua maioria ser a “história da cidade”, os autores dos livros de memória normalmente aglomeram fontes não as problematizando, usando-as como prova de sua homília, tratando sua escrita não como uma versão acerca do passado. Mesmo destacando que se está *resgatando a memória de Limoeiro* (Freitas, 1997: NOTA), como foi feito na obra *Limoeiro fotos e fatos*, a falta de problematização da noção Memória e História, bem como a relação da História e as imagens; esquecendo de salientar que o que compõe a obra são “representações do passado” e não um



passado refeito, que é o que mais se assemelhou, conduziu a impressões e equívocos destas relações por parte dos limoeirenses que não possuem clareza acerca da proposta do conhecimento histórico.



## FONTES

BRANCO, João Olímpio Castelo. “O Limoeiro da Igreja” – A história de Limoeiro do Norte a partir de seus párocos. 1995. Minerva Indústria Gráfica.

FREITAS, Maria Das Dores Vidal; OLIVEIRA Maria Lenira de (orgs.). **Limoeiro em Fotos e Fatos**. Fortaleza: Edições do Autor, 1997. LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc. “Introdução e Capítulo I – A História, os homens e o tempo”. In \_\_\_\_\_. **Apologia da História: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 41 -68.

BONAFÉ, Luigi. *Um herói em dois tempos: apontamentos para uma história da memória sobre Joaquim Nabuco*. In. ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 239-248.

BUSINO, Giovanni. **Elites et élitism**, citado por HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARR, Edward Hallet. “O Historiador e seus fatos”. In \_\_\_\_\_. **Que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 43- 65.

CHAVES, Cintya. “**DE DEUS AOS HOMENS: Ação Católica e Elite em Processos Consolidativos, no Município de Limoeiro do Norte, de 1930-1954**”. Monografia de Graduação em História. Limoeiro do Norte: FAFIDAM/UECE, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os enlaces da Memória com a Escrita: Os livros memorialísticos como fontes, para se tecer a História**. Anais do I Encontro Internacional História, Memória, Oralidades e Cultura. Disponível em



<http://www.uece.br/eventos/encontrointernacionalmahis/anais/trabalhos.html>. ISSN: 2317-2657.

FENTRESS James & WICKHAM, Chris. Prefácio in \_\_\_\_\_ **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Teorema, 1992, p. 07 – 11.

\_\_\_\_\_. Recordar in \_\_\_\_ **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Teorema, 1992, p.13-58.

MACHADO, José Wellington de Oliveira. *Limoeiro do Norte: arquiteturas de uma “cidade princesa”*. In: CHAVES, José Olivenor Souza (org.). **Vale do Jaguaribe: histórias e culturas** – Fortaleza: LUXPRINT OFF SET, 2008. p 107-124. MILLS, C.Wright. **A Elite do Poder**. Tradução: Waltenser Dutra. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1968.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Pedra e os Sonhos: o caminho do imaginário urbano. In: **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano** – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p.6-27.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf).